PROJETO DE LEI Nº

de 2024

(Do Deputado David Soares)

Acrescenta na lei 12.305, de de Agosto de 2010 para incluir a concessão de desconto ou isenção de impostos, taxas e tributos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1°. O art. 8° da Lei n° 12.305, de 02 de agosto de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:
Art. 8°
XX - concessão de descontos ou isenções de impostos, taxas e tributos.
Art. 2º. O art. 17 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:
Art.17
§ 4º Os Estados poderão conceder benefícios tributários para pessoas físicas ou jurídicas que realizam a separação de produtos reciclados e o seu correto descarte.
Art.3°. O art. 19 da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:
Art.19
 XX - concessão de benefícios tributários para pessoas físicas ou jurídicas que realizam atividades de separação de produtos recicláveis e o seu correto

Art. 4. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

JUSTIFICATIVA





descarte.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal David Soares - União Brasil/SP

Este projeto de lei propõe uma importante modificação na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A inclusão do inciso XX no artigo 8º dessa lei estabelece a possibilidade de conceder descontos de impostos, taxas e tributos para incentivar práticas e ações que promovam a gestão adequada dos resíduos sólidos.

Existem diversas razões para justificar essa proposta. Primeiramente, a gestão adequada dos resíduos sólidos é fundamental para a preservação do meio ambiente e para a promoção da saúde pública. Incentivar empresas e indivíduos a adotarem medidas sustentáveis nesse sentido é essencial para reduzir a poluição e os impactos negativos causados pelos resíduos.

Além disso, a concessão de descontos de impostos, taxas e tributos pode estimular investimentos em tecnologias e infraestrutura voltadas para a gestão de resíduos, como a criação de sistemas de reciclagem, tratamento de resíduos orgânicos e programas de coleta seletiva. Esses investimentos não apenas contribuem para a preservação ambiental, mas também geram empregos e fomentam o desenvolvimento econômico local.

Outro ponto importante é que a concessão de incentivos fiscais para a gestão de resíduos sólidos pode contribuir para o cumprimento de metas e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em relação à sustentabilidade e ao combate às mudanças climáticas. Ao promover práticas sustentáveis, o país fortalece sua posição no cenário global e contribui para a construção de um futuro mais sustentável e resiliente.

Portanto, a inclusão deste inciso na legislação é uma medida que se alinha com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos e que pode trazer benefícios significativos tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade e a economia como um todo.

Sala das Sessões, em de maio de 2024.

Deputado DAVID SOARES



